

Sarney: Pacto virá porque

O GLOBO Segunda-feira, 14/ 10/ 85

O PAÍS • 3

se quer trégua social

BELEM — O Presidente José Sarney disse ontem, em entrevista ao GLOBO, que acredita na viabilização de sua proposta de pacto social porque todas as forças políticas do País acham necessária uma trégua no setor social. Acrescentou que, se dependesse dele, o pacto já teria sido realizado, mas acredita que os avanços conseguidos acabarão por concretizá-lo.

Sarney, porém, não escondeu sua frustração com a forma pela qual vem sendo discutida no Congresso a sua proposta de convocação de uma Assembléia Constituinte. Numa clara advertência aos que, dentro da Aliança Democrática, tentam desvirtuar os objetivos do projeto, lembrou que a proposta resultou de um consenso das próprias forças políticas que o sustentam no Congresso.

O Presidente, inicialmente, não quis dar entrevista. Alegou cansaço de mais de 72 horas de viagem, cinco das quais, sob intenso calor, acompanhando procissão e missa do Círio de Nazaré. Preferiu conversar informalmente sobre vários assuntos, principalmente a respeito da entrevista do Presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, que se declarou contrário à reabertura do caso Riocentro. Sem entrar no mérito dessa questão — só falou genericamente sobre a entrevista, até porque a conhecia apenas em resumo, Sarney confirmou a observação de Ulysses, de que hoje existe uma perfeita convergência de idéias entre os dois.

— Tudo o que Ulysses disse ou fizer, como aliás tem feito, para preservar as instituições, eu assino em baixo — disse ele, sorrindo.

Embora o Presidente se esquivasse de comentar o caso do Riocentro, sua concordância com Ulysses sobre a inconveniência de se reabrir o caso era tão evidente que seus próprios assessores acabaram revelando que ele ficou satisfeito com as declarações do Presidente da Câmara.

O Ministro-Chefe do Gabinete Militar, General Bayma Denys, não quis, a exemplo do Presidente, comentar o assunto, alegando a sua condição de auxiliar direto de Sarney.

Igualmente cauteloso, o Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Almirante José Maria do Amaral, observou que o assunto está entregue à Justiça Militar, a quem cabe decidir sobre o inquérito.

— Agora, sem querer entrar em assunto que foge à minha área, acho que mexer por mexer não levará a nada. Se a Justiça achar que as provas são suficientes, acho que o andamento do inquérito deverá ser encaminhado normalmente, sem sensacionalismo — disse o Chefe do EMFA. Quanto à entrevista em si do Presidente da Câmara, o Almirante disse concordar inteiramente com Ulysses e chegou a brincar:

— Estou com Ulysses e não abro.

Apesar disso, Sarney, mesmo com a insistência do repórter, não quis analisar o problema. Mas, acabou concordando em conceder formalmente a seguinte entrevista ao GLOBO:

— O senhor ainda acha possível realizar o pacto social? — Eu acho que o pacto é uma necessidade. Ele é conveniente ao Brasil, conveniente aos trabalhadores e, por isso mesmo,



Sarney e Dona Marly botam algodão no ouvido contra o barulho do foguetório

acho que é uma medida que só viria a facilitar o processo de tranquilização no setor de relações de trabalho. Acredito que vamos terminar tendo sucesso na sua realização porque é uma boa idéia, é uma idéia que não tem outro sentido, senão o de realizar o melhor. Portanto, acredito que vamos chegar a um momento em que se vai reconhecer que ele é benéfico para o País portanto, esperamos que a classe trabalhadora assim o entenda, como também a classe empresarial. — O senhor sempre achou que o pacto social deveria ser antecedido de um amplo entendimento político entre os partidos com representação no Congresso. Isso ainda é possível? — Eu acho que qualquer pacto social deve ter o respaldo político. Acho que esse respaldo político nós teremos, porque todas as nossas forças políticas acham que é necessário que O Brasil tenha uma trégua no setor social. — Há os que dizem que esse pacto está demorando muito. O senhor concorda em que ele deva ser feito já? — Se dependesse do meu desejo, ele já teria sido feito. Aliás, pelo desejo também do Presidente Tancredo Neves. Essa era uma idéia de Tancredo.

“O entendimento era desejo de Tancredo que ainda não alcançamos, mas já tivemos bom avanço.”

JOSE SARNEY

Mas, infelizmente, ainda não conseguimos realizá-lo, mas acredito que já tivemos grandes avanços. O Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, está encarregado de conversar na área dos trabalhadores e os Ministros da área econômica estão encarregados de tratar do assunto na área empresarial. — O senhor acha que a tentativa de a Conclat atrair a

CUT para alguns pontos comuns de seus objetivos pode facilitar a incursão do Governo na área dos trabalhadores ou, ao contrário, essa união, se concretizada, fortaleceria ainda mais a classe trabalhadora para não transigir em suas reivindicações fundamentais? — Eu não posso tecer considerações sobre esse assunto, que está entregue ao Ministro do Trabalho. E o Ministro Pazzianotto que está conduzindo essas negociações e ele, tenho certeza, encaminhará o assunto da melhor maneira possível.

— Comenta-se que o senhor estaria muito desgostoso com os rumos que estão tentando dar ao seu projeto de convocação da Assembléia Constituinte, que o senhor mesmo reconhece ser um dos mais importantes atos de seu Governo. A apresentação de um substitutivo ao projeto desfigura os objetivos que o inspiraram?

— Eu fui velho congressista e acho que sempre todo projeto pode ser melhorado em suas impropriedades e em seus defeitos, dentro do Congresso. Mas o projeto que mandei foi um projeto negociado com as nossas lideranças políticas da Aliança Democrática. Foi aprovado pelo Conselho Político, portanto, acho que é um projeto que teve o consenso de nossas forças políticas.

— Mas não existem muitos temas apresentados em forma de emendas que podem fugir aos objetivos de sua proposta, como por exemplo a questão da anistia aos militares?

— Eu acho que é um assunto que deve ser examinado pelo Congresso em sua soberania. Mas volto a insistir que o projeto que mandei ao Congresso Nacional sobre a Constituinte foi o projeto resgatando um compromisso de campanha e, ao mesmo tempo, aprovado pelas nossas forças políticas. E preciso ver que antes de ser mandado ao Congresso, ele foi discutido com o nosso Conselho Político, com os partidos políticos que compõem a força da Aliança Democrática.